

## DIRETORIA DO PESSOAL DA MARINHA (DPM)

## Edital 7/2026

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
7/2026	764000-DIRETORIA DO PESSOAL DA MARINHA (DPM)	GEOVANNY DA SILVA VILAR	23/06/2026 16:15 (v 0.10)
Status			
CONCLUIDO			

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	37/2026	63011.001148/2026-08

## 1. DO OBJETO

## PREGÃO ELETRÔNICO (SRP)

90037/2026

## CONTRATANTE/GERENCIADOR (UASG)

(764000) DIRETORIA DO PESSOAL DA MARINHA

## OBJETO

Eventual aquisição de gêneros alimentícios.

## VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 3.141.500,2730

# DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Conforme registrado nosistema

## Critério de Julgamento:

menor preço por item

## Modo de disputa:

aberto

## TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

## MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

NÃO

**MARINHA DO BRASIL**  
**DIRETORIA DO PESSOAL DA MARINHA**  
**EDITAL Nº 07/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90037/2026**  
(Processo Administrativo nº63011.001148/2026-08)

Torna-se público que a Diretoria do Pessoal da Marinha, por meio da Seção de Licitações e Contratos, sediada na Praça Barão de Ladário, Edifício Almirante Tamandaré s/n, 4º andar, CEP 20091-000, Centro, Rio de Janeiro/RJ, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

### 1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é aquisição de Gêneros Alimentícios, visando atender às necessidades da Diretoria do Pessoal da Marinha (DPM), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus

anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

## 2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.[A1]

## 3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. Nos itens **24, 127, 135, 145 e 149** não será concedido nesta Licitação tratamento favorecido para microempresas, empresas de pequeno porte e figuras equiparadas, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, em razão da incidência, no caso, do art. 4º, § 1º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

3.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.7.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.7.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.7.9 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.7.11. sociedades cooperativas;[A4]

3.7.12. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;[A5]

3.7.13. pessoas físicas.[A6]

3.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.9. O impedimento de que trata o item 3.10.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.10.4 e 3.10.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.12. O disposto nos itens 3.10.4 e 3.10.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.14. A vedação de que trata o item 3.11 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

## **4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO**

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

## 5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.[A1]

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 9.1.1 e 9.13.2 deste Edital.

5.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.5. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

5.5.1. A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

5.6. O fornecedor enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.6.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.[A3]

5.7. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.7.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.7.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.7.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.7.7 que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.7.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.7.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.7.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.7.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.8. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021[A4] .

5.9. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4, 5.8 ou 5.10[A5] sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.10. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.11. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.12. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.13. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.13.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.13.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.[A6]

5.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.14.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.14.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.[A7] [A8]

5.15. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.15 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.16. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.17. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. valor unitário do item;

6.1.2. marca;

6.1.3. fabricante;

6.1.4. Quantidade cotada, devendo respeitar o mínimo de 100%.

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS /PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil[A2] .

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.9. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

- 6.10. O prazo de validade da proposta não será inferior a **120 (cento e vinte)** dias, a contar da data de sua apresentação.[A4]
- 6.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 6.12. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;
- 6.13. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.
- 6.14. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

- 7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão e os licitantes.
- 7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item[A1] .
- 7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 0,01 (um centavo)**. [A2]
- 7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 7.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.[A3]
- 7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.



7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

7.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.18.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto nº 8538, de 2015[A6]).

7.18.2. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada. [A7]

7.18.3. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.18.4. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma

concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.18.5. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.18.6. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.20. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.20.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.20.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei; [A8]

7.20.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023.

7.21. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.21.1. empresas brasileiras;

7.21.2. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.21.3. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.22. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.[A12] [A13]

7.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.23.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.23.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.23.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.23.4. O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.[A15]

7.23.5. É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **8. DA FASE DE JULGAMENTO**

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.10 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. Sicaf;[A1]

8.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS,

8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e

8.1.4. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.[A2]

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado do tratamento favorecido às ME /EPPs, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.8.1. conter vícios insanáveis;

8.8.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

8.8.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.8.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.8.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;

8.8.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.9. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.12. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

8.12.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.12.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.14. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra[A5] , o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

## **9. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. . A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicafe.

9.2 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.5. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.6. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.7. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.8. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.8.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.9. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.9.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.10. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.10.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2h (duas horas), prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

9.10.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES /ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.11. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.11.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.11.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.12. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.13.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 2 horas (duas horas), para:[A3]

9.12.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.12.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.12.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.12.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.13. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.14. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.13.1.

9.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.17. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9.18. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## **10. DO TERMO DE CONTRATO**

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 5 dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 5 dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

10.4.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

10.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

10.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

10.5. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.7.1. . A existência de registro no Cadin [A1] constitui fator impeditivo para a contratação.

## **11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 5 (*cinco*) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

11.2.1. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

11.2.2. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência/Projeto Básico, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item (ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

11.8.1. Em caso de prorrogação da ata, **poderá** ser renovado o quantitativo originalmente registrado.[A2]

## 12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

12.1.1 dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e

12.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462, de 2023.

12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

## **13. DOS RECURSOS**

13.1. interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.5. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.6. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.7. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.8. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico [www.marinha.mil.br](http://www.marinha.mil.br).

## **14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;



14.1.2. . salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.6. fraudar a licitação;

14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. advertência;

14.2.2. multa;

14.2.3. impedimento de licitar e contratar e

14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

14.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 30 (*dias*) dias úteis, a contar da comunicação oficial. [A2]

14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.[A3]

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir. [A4]

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.[A5]

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

14.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

## **15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

- 15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, ao endereço de e-mail: vilar.geovanny@marinha.mil.br, com cópia para: eduardo.desouza@marinha.mil.br isabel.cristine@marinha.mil.br e paixao.caroline@marinha.mil.br.[A1]
- 15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.[A2]
- 15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão.
- 16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://licitacoescontratos.marinha.mil.br/>.
- 16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 16.11.1. Anexo I - Termo de Referência;
- 16.11.1.1. Anexo I do Anexo I – Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato;
- 16.11.1.2. Anexo II do Anexo I – Termo de Ciência e concordância;

- 16.11.1.3. Apêndice I do Anexo I –Tabela dos Quantitativos;
- 16.11.1.3. Apêndice II do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;
- 16.11.2. Anexo II – Minuta de Ata de Registro de Preços;

Rio de Janeiro/RJ, na data da assinatura.

WILLIAM DE ARAUJO PINHEIRO JUNIOR  
Capitão de Corveta (IM)  
Ordenador de Despesas

## 17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

WILLIAM DE ARAUJO PINHEIRO JUNIOR  
Autoridade competente

## DIRETORIA DO PESSOAL DA MARINHA (DPM)

## Termo de Referência 9/2026

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
9/2026	764000-DIRETORIA DO PESSOAL DA MARINHA (DPM)	JEAN VILACA DOS SANTOS	16/06/2026 14:01 (v 0.14)
Status			
ASSINADO			

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	37/2026	63011.001148/2026-08

## 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. A licitação em apreço tem como o objeto a aquisição de Gêneros Alimentícios, visando atender às necessidades da Diretoria do Pessoal da Marinha (DPM), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento de contratação, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento:

1.1.1. A Tabela dos quantitativos como um todo encontra-se pormenorizada em planilha específica, apêndice deste Termo de Referência.

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante no processo administrativo

1.3 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação será de 60 (sessenta) dias, contados da assinatura do instrumento contratual ou da emissão do instrumento hábil que o substituir, nos termos dos arts. 95 e 105 da Lei nº 14.133, de 2021, prazo considerado suficiente para a entrega do objeto, seu recebimento, verificação de conformidade, liquidação e pagamento.

1.4.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando o objeto não for concluído no período firmado, desde que o atraso não decorra de culpa do contratado, observadas as disposições do art. 111 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.6 Havendo divergência entre a descrição constante neste Termo de Referência e a descrição do CATMAT, prevalecerá a descrição constante no Apêndice I deste termo de referência.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme orientações previstas no parágrafo único do art. 1º do Decreto Presidencial Nº 10.947/2022, que regulamenta o inciso VII do caput do art. 12 da Lei Nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o plano de contratações anual e instituir o Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3.2 Os custos de entrega/frete deverão estar incluídos no valor total da contratação, vedado qualquer acréscimo a esse valor.

### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

#### ***Sustentabilidade***

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

4.1.1. A contratada observará a Resolução RDC ANVISA 216, de 2004, alterada pela RDC 52/2014, bem como legislação e/ou normas de órgãos de vigilância sanitária estaduais, distrital e municipais e demais instrumentos normativos aplicáveis.

4.1.2. É obrigatória a retirada de todo residual de substâncias controladas de suas embalagens antes de sua destinação final ou disposição final.

4.1.3. Não é permitida a liberação intencional de substância controlada na atmosfera durante as atividades que envolvam sua comercialização, envase, recolhimento, regeneração, reciclagem, destinação final ou uso, assim como durante a instalação, manutenção, reparo e funcionamento de equipamentos ou sistemas que utilizem essas substâncias;

4.1.4. Durante os processos de retirada de substâncias controladas de equipamentos ou sistemas, é obrigatório que as substâncias controladas sejam recolhidas apropriadamente e destinadas aos centros de regeneração e/ou de incineração;

4.1.5. As substâncias a que se refere este artigo devem ser acondicionadas adequadamente em recipientes que atendam a norma aplicável;

4.1.6. O licitante, provisoriamente classificado em primeiro lugar, deverá encaminhar, juntamente com sua proposta de preços, a seguinte documentação, sob pena de não aceitação da proposta;

4.1.6.1. Para os itens 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155 o fabricante deve estar registrado no Serviço de Inspeção Federal (SIF), Serviço de Inspeção Estadual (SIE), Sistema de Inspeção Municipal (SIM) ou registrado pelos serviços de inspeção que aderiram ao Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária por meio do Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISBI/POA).

**4.1.6.2.: A apresentação do SIF, SIE ou SIM será dispensada, caso o Pregoeiro logre êxito em obtê-lo mediante consulta on-line aos sítios oficiais, anexando-o ao processo.**

4.1.6.3 Caso o fabricante seja dispensado de tal registro, por força de dispositivo legal, o licitante deverá apresentar o documento comprobatório ou declaração correspondente, sob as penas da lei. Caso não seja comprovado tal feito, a proposta será desclassificada.

#### **Indicação de marcas ou modelos:**

4.2. Na presente contratação não serão exigidas marcas.

#### **Da vedação de contratação de marca ou produto:**

4.3. Na presente contratação não serão vedadas marcas.

#### **Da exigência de amostra**

4.4. Na presente contratação não serão exigidas amostras.

#### **Da exigência de carta de solidariedade**

4.5. Na presente contratação não será exigido carta de solidariedade.

#### **Subcontratação**

4.6. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### **Garantia da contratação**

4.7. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

#### **Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte:**

4.8. Na presente licitação, será realizada a reserva de cota de até vinte e cinco por cento do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

4.9. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos fornecedores remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

4.10. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

4.11. Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º, do Decreto n. 8.538, de 2015.

#### **Margem de Preferência:**

4.12. O objeto da contratação não se aplica a margem de preferência prevista no Art. 26 da Lei nº 14.133/2021 para os itens desta licitação, tendo em vista a ausência de regulamentação específica do Poder Executivo Federal para o segmento de gêneros alimentícios.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

#### **Condições de Entrega**

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 5 dias úteis, contados do recebimento da Nota de Empenho fornecido pela Seção de Municciamento e encaminhado via e-mail ao fornecedor, em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 3 dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

### 5.3. Os Gêneros deverão ser entregues:

5.3.1. **Diretoria do Pessoal da Marinha**, situada na Praça Barão de Ladário, s/nº, Edifício Almirante Tamandaré, **4º andar**, Centro, Rio de Janeiro – RJ; CEP: 20091-000, no horário das 8:00 às 16:30 horas. - Telefone de contato: (21) 2104-2560 / 2104-6320 e e-mail: [amauri.junior@marinha.mil.br](mailto:amauri.junior@marinha.mil.br), [isabel.cristine@marinha.mil.br](mailto:isabel.cristine@marinha.mil.br), [paixao.caroline@marinha.mil.br](mailto:paixao.caroline@marinha.mil.br) e [vilar.geovanny@marinha.mil.br](mailto:vilar.geovanny@marinha.mil.br).

5.3.2. **Diretoria Geral do Pessoal da Marinha**, situada na Praça Barão de Ladário, s/nº, Edifício Almirante Tamandaré, **7º andar**, Centro, Rio de Janeiro – RJ; CEP: 20091-000, no horário das 8:00 às 16:30 horas. - Telefone de contato: (21) 2104-5014 e e-mail: [guilherme.daflon@marinha.mil.br](mailto:guilherme.daflon@marinha.mil.br), [luciana.andreia@marinha.mil.br](mailto:luciana.andreia@marinha.mil.br), [filipe.rezende@marinha.mil.br](mailto:filipe.rezende@marinha.mil.br).

### Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

## 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

### Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.



6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

### **Fiscalização Administrativa**

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

### **Gestor do Contrato**

#### **6.16. Cabe ao gestor do contrato:**

6.16.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.16.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.16.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.16.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.16.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.16.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.16.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 60 (sessenta) dias

7.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

7.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

7.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima na alínea “e” a “h” de 0,07% (zero vírgula zero sete por cento) a 2% (dois por cento) do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” de 0,07% (zero vírgula zero sete por cento) a 2% (dois por cento) do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b” de 0,07% (zero vírgula zero sete por cento) a 2% (dois por cento) do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d” de 0,07% (zero vírgula zero sete por cento) a 2% (dois por cento) do valor da contratação.

7.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a” de 0,07% (zero vírgula zero sete por cento) a 2% (dois por cento) do valor da contratação.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## 8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

### Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

### Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1. o prazo de validade;

8.12.2. a data da emissão;

8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.12.5. o valor a pagar; e

8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice *IPCA* de correção monetária.

### **Forma de pagamento**

8.22. pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **Antecipação de Pagamento**

8.28. A presente contratação não permite a antecipação de pagamento.

### **Cessão de Crédito**

8.29. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.28.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.28.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.28.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.28.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.29. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

### **Reajuste**

8.30. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 20/01/2026.

8.31. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.32. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.33. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.34. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.35. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.36. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.37. O reajuste será realizado por apostilamento.

## **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

### **Forma de fornecimento**

9.2. O fornecimento dos gêneros alimentícios ocorrerá de forma parcelada, conforme a necessidade da Administração e mediante solicitações emitidas durante a vigência da Ata de Registro de Preços, observados os quantitativos efetivamente demandados.

### **Critérios de aceitabilidade de preços**

9.3. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:

9.3.1. Valores unitários: conforme tabela constante no Apêndice I deste Termo de Referência.

### **Exigências de habilitação**

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

#### **Habilitação jurídica**

9.5. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.10. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.12. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**Habilitação fiscal, social e trabalhista**

9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

**Qualificação Econômico-Financeira**

9.22. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.23. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, emitida no máximo há 2 anos;

9.24. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis *do último exercício social*, já exigível e apresentado na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante



LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

9.25. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação *patrimônio líquido mínimo* de 10% do valor total estimado da contratação.

9.26. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação ;

9.27. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.28. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.29. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.30. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

### Qualificação Técnica

9.31. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.31.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

9.31.1.1. Objetos de natureza similar; e

9.31.1.2. Corresponder a pelo menos 10% da quantidade a ser contratada.

9.31.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante.

9.31.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.31.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

### Disposições gerais sobre habilitação

9.32. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.33. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação

serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.34. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.35. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.38. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.39. O Pregoeiro poderá consultar o Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), com o objetivo de verificar a condição de habilitação do fornecedor, observando-se as disposições vigentes aplicáveis ao referido sistema.

## 10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ R\$ **3.141.500,27 (três milhões e cento e quarenta e um mil e quinhentos reais e vinte e sete centavos)** *conforme custos unitários apostos na tabela contida no Apêndice I deste TR.*

10.2. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.2.4. valor total arredondado para duas casas decimais para depois da vírgula.

## 11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A indicação da disponibilidade orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou da emissão do instrumento substitutivo do contrato, nos termos da legislação vigente.

## 12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

## 13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

*(Compra com entrega imediata e integral de bens adquiridos, sem previsão de obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente do valor - art. 95, inciso II, da Lei n. 14.133 /2021)*

### 1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário terá o *prazo de 2 dias*, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato *Nota de Empenho*, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133 /2021;

1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

### 2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

### 3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;

3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.8.1 A Administração terá o prazo de 45 dias (quarenta e cinco), a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

3.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### **4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português ;

4.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

4.1.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

4.1.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

4.1.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.1.11. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

4.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

4.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

4.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

4.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

## **5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

*5.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.*

*5.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.*

*5.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:*

*5.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e*

*5.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.*

5.4. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

5.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

5.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

5.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

5.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

5.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

5.5.3. Indenizações e multas.

5.6. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

5.7. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

## 6. DOS CASOS OMISSOS

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

## 7. ALTERAÇÕES

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

## 8. FORO

8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal na cidade do Rio de Janeiro/RJ, Tribunal Regional Federal da 2ª Região para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

## 14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, os fornecedores declaram que estão cientes e concordam com as disposições e obrigações previstas no *Edital*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere ao *Pregão Eletrônico nº 90037/2026*, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

## 15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**AMAURI DE FREITAS JUNIOR**

Membro da equipe de planejamento

**JEAN VILACA DOS SANTOS**

Membro da equipe de planejamento



*Assinou eletronicamente em 16/06/2026 às 14:01:18.*

**BRUNA FREITAS AMARAL GARCIA**

Membro da equipe de planejamento

**WILLIAM DE ARAUJO PINHEIRO JUNIOR**

Autoridade competente

APÊNDICE I - TABELA DOS QUANTITATIVOS

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UF	QDT. DPM	REQ. MIN.	REQ. MAX.	VALOR DPM	DGPM	VALOR DGPM	REQ. MIN.	REQ. MAX.	QTD TOTAL	Valor Unitário	Valor Total
1	Polpa de fruta congelada de cupuaçu. Fornecimento em 1kg	KG	600	60	540	R\$ 17.235,0000	70	R\$ 2.010,7500	7	63	670	R\$ 28,7250	R\$ 19.245,75000
2	Polpa de fruta congelada de graviola. Fornecimento em 1kg	KG	600	60	540	R\$ 16.563,0000	70	R\$ 1.932,3500	7	63	670	R\$ 27,6050	R\$ 18.495,35000
3	Polpa de fruta congelada de acerola. Fornecimento em 1kg	KG	600	60	540	R\$ 12.222,0000	70	R\$ 1.425,9000	7	63	670	R\$ 20,3700	R\$ 13.647,90000
4	Polpa de fruta congelada de manga. Fornecimento em 1kg	KG	600	60	540	R\$ 12.283,2000	70	R\$ 1.433,0400	7	63	670	R\$ 20,4720	R\$ 13.716,24000
5	Polpa De Fruta, Tipo: Açaí, Apresentação: Congelada. Embalagem de 1kg.	KG	300	30	270	R\$ 12.157,8900	70	R\$ 2.836,8410	7	63	370	R\$ 40,5263	R\$ 14.994,73100
6	Refrigerante de 2L, material água gasosa/extrato de guarana, sabor guaraná.	GF	300	30	270	R\$ 2.661,0000	150	R\$ 1.330,5000	15	135	450	R\$ 8,8700	R\$ 3.991,50000
7	Refrigerante de 2L, material água gasosa/extrato de guarana, sabor guaraná, guaraná zero, características adicionais: light	GF	200	20	180	R\$ 1.832,8600	150	R\$ 1.374,6450	15	135	350	R\$ 9,1643	R\$ 3.207,50500
8	Refrigerante de 2L, material água gasosa/extrato de noz de cola, sabor cola.	GF	300	30	270	R\$ 3.047,4000	150	R\$ 1.523,7000	15	135	450	R\$ 10,1580	R\$ 4.571,10000
9	Refrigerante de 2L, material água gasosa/extrato de noz de cola, sabor cola, similar coca cola zero.	GF	300	30	270	R\$ 3.072,9900	150	R\$ 1.536,4950	15	135	450	R\$ 10,2433	R\$ 4.609,48500
10	Refrigerante de 2L, material água gasosa, sabor laranja.	GF	300	30	270	R\$ 2.550,6600	100	R\$ 850,2200	10	90	400	R\$ 8,5022	R\$ 3.400,88000
11	Refrigerante, material: água gasosa,xarope, sabor: cola. Em lata de 350ml	LA	500	50	450	R\$ 2.350,0000	60	R\$ 282,0000	6	54	560	R\$ 4,7000	R\$ 2.632,00000
12	Refrigerante, material: água gasosa,xarope, sabor: cola, sem açúcar. Em lata de 350ml	LA	350	35	315	R\$ 1.689,4850	60	R\$ 289,6260	6	54	410	R\$ 4,8271	R\$ 1.979,11100
13	Refrigerante, material água gasosa/extrato de guarana, sabor guaraná. Fornecimento em lata de 350ml	LA	500	50	450	R\$ 1.957,0500	50	R\$ 195,7050	5	45	550	R\$ 3,9141	R\$ 2.152,75500
14	Refrigerante, material água gasosa/extrato de guarana, sabor guaraná, guaraná zero, características adicionais: light. Fornecimento em lata de 350ml	LA	350	35	315	R\$ 1.389,0100	50	R\$ 198,4300	5	45	400	R\$ 3,9686	R\$ 1.587,44000
15	Água de coco em caixa tetra pack. Com 1 li, similar kero-coco. Prazo de validade de 3 meses.	CX	100	10	90	R\$ 1.528,3700	0	R\$ 0,0000	0	0	100	R\$ 15,2837	R\$ 1.528,37000
16	Água mineral sem gás engarrafada com lacre inviolável em embalagem de 1,5 l	GF	1000	100	900	R\$ 3.183,7000	200	R\$ 636,7400	20	180	1200	R\$ 3,1837	R\$ 3.820,44000
17	Água mineral sem gás, copo de 200 ml. Descartável.	CP	2500	250	2250	R\$ 4.290,0000	100	R\$ 171,6000	10	90	2600	R\$ 1,7160	R\$ 4.461,60000
18	Água mineral com gás engarrafada com lacre inviolável em embalagem de 500ml	GF	1500	150	1350	R\$ 4.585,2000	300	R\$ 917,0400	30	270	1800	R\$ 3,0568	R\$ 5.502,24000
19	Gelo em cubo filtrado, embalagem com 5 kg, similar a gelótimo.	SC	400	40	360	R\$ 8.166,0000	20	R\$ 408,3000	2	18	420	R\$ 20,4150	R\$ 8.574,30000
20	Chá de camomila em sachê. Caixa com 10 unidades, similar a leão, chinêsinho ou oderich.	CX	200	20	180	R\$ 1.210,8000	30	R\$ 181,6200	3	27	230	R\$ 6,0540	R\$ 1.392,42000



APÊNDICE I - TABELA DOS QUANTITATIVOS

21	Chá preto em sachê. Caixa com 10 unidades, similar a leão, chinezinho ou oderich.	CX	200	20	180	R\$ 1.296,0000	30	R\$ 194,4000	3	27	230	R\$ 6,4800	R\$ 1.490,40000
22	Chá de hortelã em sachê. Embalagem com 10 unidades, similar a leão, chinezinho ou oderich.	CX	200	20	180	R\$ 1.202,8000	30	R\$ 180,4200	3	27	230	R\$ 6,0140	R\$ 1.383,22000
23	Xarope de guaraná natural concentrado, embalagem tipo bombona com 5litros	BB	300	30	270	R\$ 14.288,0100	40	R\$ 1.905,0680	4	36	340	R\$ 47,6267	R\$ 16.193,07800
24	<b>Café em grãos</b> 100% café arábica Apresentação: torrado Tipo: único, com Nota de Qualidade Global igual ou superior a 7,3 Torrefação: ponto de torra média (variação aceita de n° Disco Agtron 55 a 85) Prazo de validade de no mínimo 12 (doze) meses Possuir Selo da ABIC GOURMET ou BSCA na categoria Gourmet ou Laudo de avaliação emitido por laboratório credenciado (REBLAS/ANVISA, INMETRO que garanta a qualidade exigida nas especificações exigidas; e Marcas de Referência (Igual ou superior): 3 Corações Gourmet Fornecimento: Embalagem de 500 g	PCT	1200	120	1080	R\$ 72.703,9200	100	R\$ 6.058,6600	10	90	1300	R\$ 60,5866	R\$ 78.762,58000
25	<b>Café, tipo torrado</b> , apresentação <b>moído</b> , tipo embalagem alto vácuo, validade prazo mínimo de 1 ano, normas técnicas laudo de classificação de café feito pela abic (certificado pureza e qualidade abic), rendimento aproximadamente 20 garrafas de 900 ml/kg de café, características adicionais preferência 100% café arábica ou até 20% conillon, características adicionais: mínimo de 4,5 pontos na escala sensorial, com laudo válido. embalagem com 500g.	pct	800	80	720	R\$ 30.780,0000	150	R\$ 5.771,2500	15	135	950	R\$ 38,4750	R\$ 36.551,25000
26	Fruta in natura, tipo <b>melancia</b> vermelha, espécie redonda. Fornecimento em 1kg	KG	2500	250	2250	R\$ 15.443,7500	450	R\$ 2.779,8750	45	405	2950	R\$ 6,1775	R\$ 18.223,62500
27	Fruta in natura, tipo <b>tangerina</b> , espécie pokam. Fornecimento em 1kg	KG	1000	100	900	R\$ 8.355,6000	300	R\$ 2.506,6800	30	270	1300	R\$ 8,3556	R\$ 10.862,28000
28	Fruta in natura, tipo <b>morango</b> , espécie comum. Fornecimento em 1kg	KG	150	15	135	R\$ 6.364,2450	200	R\$ 8.485,6600	20	180	350	R\$ 42,4283	R\$ 14.849,90500
29	Fruta in natura, tipo <b>mamão</b> , espécie formosa. Fornecimento em 1kg	KG	2500	250	2250	R\$ 28.987,5000	400	R\$ 4.638,0000	40	360	2900	R\$ 11,5950	R\$ 33.625,50000
30	Fruta in natura, tipo <b>uva</b> , espécie thompson sem caroço. Fornecimento em 1kg	KG	500	50	450	R\$ 23.000,0000	100	R\$ 4.600,0000	10	90	600	R\$ 46,0000	R\$ 27.600,00000

APÊNDICE I - TABELA DOS QUANTITATIVOS

31	Fruta in natura, tipo <b>kiwi</b> , espécie importado. Fornecimento em 1kg	KG	200	20	180	R\$ 8.238,0000	100	R\$ 4.119,0000	10	90	300	R\$ 41,1900	R\$ 12.357,00000
32	Fruta in natura, tipo <b>maracujá</b> , espécie azedo. Fornecimento em 1kg	KG	300	30	270	R\$ 7.377,0000	100	R\$ 2.459,0000	10	90	400	R\$ 24,5900	R\$ 9.836,00000
33	Fruta <b>Banana prata</b> - de 1ª qualidade. Fornecimento em 1kg	KG	1000	100	900	R\$ 11.975,0000	450	R\$ 5.388,7500	45	405	1450	R\$ 11,9750	R\$ 17.363,75000
34	Fruta in natura <b>Laranja seleta</b> . Fornecimento em 1kg	KG	1500	150	1350	R\$ 16.057,5000	250	R\$ 2.676,2500	25	225	1750	R\$ 10,7050	R\$ 18.733,75000
35	Fruta in natura, tipo <b>limão</b> , espécie <b>siciliano</b> . Fornecimento em 1kg	KG	400	40	360	R\$ 7.424,5600	50	R\$ 928,0700	5	45	450	R\$ 18,5614	R\$ 8.352,63000
36	Fruta in natura, tipo <b>melão orange</b> . Fornecimento em 1kg	KG	1000	100	900	R\$ 18.995,0000	200	R\$ 3.799,0000	20	180	1200	R\$ 18,9950	R\$ 22.794,00000
37	Fruta in natura, tipo <b>melão tipo amarelo</b> . Fornecimento em 1kg	KG	2500	250	2250	R\$ 23.607,5000	350	R\$ 3.305,0500	35	315	2850	R\$ 9,4430	R\$ 26.912,55000
38	Fruta in natura, tipo <b>pera</b> , espécie <b>william</b> . Fornecimento em 1kg	KG	2000	200	1800	R\$ 54.766,6000	400	R\$ 10.953,3200	40	360	2400	R\$ 27,3833	R\$ 65.719,92000
39	Fruta in natura, tipo <b>abacaxi</b> , espécie pérola. Fornecimento em 1kg.	KG	2000	200	1800	R\$ 22.512,6000	700	R\$ 7.879,4100	70	630	2700	R\$ 11,2563	R\$ 30.392,01000
40	Fruta in natura, tipo <b>ameixa</b> , espécie nacional. Fornecimento em 1kg	KG	300	30	270	R\$ 11.549,0100	200	R\$ 7.699,3400	20	180	500	R\$ 38,4967	R\$ 19.248,35000
41	Fruta in natura, tipo <b>caqui</b> . Fornecimento em 1kg	KG	500	50	450	R\$ 5.291,0500	80	R\$ 846,5680	8	72	580	R\$ 10,5821	R\$ 6.137,61800
42	Fruta in natura, tipo <b>limão</b> , espécie <b>taiti</b> . Fornecimento em 1kg	KG	1000	100	900	R\$ 9.504,0000	200	R\$ 1.900,8000	20	180	1200	R\$ 9,5040	R\$ 11.404,80000
43	Fruta in natura, tipo <b>maçã</b> , espécie <b>gala</b> . Fornecimento em 1kg	KG	2000	200	1800	R\$ 33.761,0000	450	R\$ 7.596,2250	45	405	2450	R\$ 16,8805	R\$ 41.357,22500
44	Fruta in natura, tipo <b>manga</b> , espécie <b>palmer</b> . Fornecimento em 1kg.	KG	500	50	450	R\$ 8.630,0000	200	R\$ 3.452,0000	20	180	700	R\$ 17,2600	R\$ 12.082,00000
45	Fruta in natura, tipo <b>laranja</b> , espécie <b>pêra</b> . Fornecimento em 1kg	KG	1500	150	1350	R\$ 10.671,9000	250	R\$ 1.778,6500	25	225	1750	R\$ 7,1146	R\$ 12.450,55000
46	Fruta in natura, tipo <b>manga</b> , espécie <b>tommy</b> . Fornecimento em 1kg	KG	400	40	360	R\$ 4.392,0000	150	R\$ 1.647,0000	15	135	550	R\$ 10,9800	R\$ 6.039,00000
47	Fruta in natura, <b>abacate</b> – Tipo <b>Avocado</b> /Hass Apresentação natural. Fornecimento em 1kg	KG	500	50	450	R\$ 12.375,0000	80	R\$ 1.980,0000	8	72	580	R\$ 24,7500	R\$ 14.355,00000
48	Verdura in natura, tipo tomilho maço	KG	200	20	180	R\$ 7.447,0000	60	R\$ 2.234,1000	6	54	260	R\$ 37,2350	R\$ 9.681,10000
49	Verdura in natura, tipo manjerição	KG	200	20	180	R\$ 6.850,8600	60	R\$ 2.055,2580	6	54	260	R\$ 34,2543	R\$ 8.906,11800
50	Verdura in natura, tipo alho poró. Fornecimento em 1kg	KG	200	20	180	R\$ 8.200,0000	30	R\$ 1.230,0000	3	27	230	R\$ 41,0000	R\$ 9.430,00000
51	Verdura in natura, tipo acelga. Fornecimento em 1kg	KG	240	24	216	R\$ 2.485,5120	40	R\$ 414,2520	4	36	280	R\$ 10,3563	R\$ 2.899,76400
52	Verdura in natura, tipo salsão. Fornecimento em 1kg	KG	200	20	180	R\$ 5.343,3400	80	R\$ 2.137,3360	8	72	280	R\$ 26,7167	R\$ 7.480,67600
53	Verdura in natura, tipo agrião. Fornecimento em 1kg	KG	300	30	270	R\$ 9.324,0000	100	R\$ 3.108,0000	10	90	400	R\$ 31,0800	R\$ 12.432,00000
54	Verdura in natura, tipo chicória. Fornecimento em 1kg	KG	300	30	270	R\$ 7.853,3400	30	R\$ 785,3340	3	27	330	R\$ 26,1778	R\$ 8.638,67400
55	Verdura in natura, tipo coentro. Fornecimento em 1kg	KG	500	50	450	R\$ 21.465,0000	40	R\$ 1.717,2000	4	36	540	R\$ 42,9300	R\$ 23.182,20000
56	Verdura in natura, tipo hortelã. Fornecimento em 1kg	KG	150	15	135	R\$ 4.684,2450	30	R\$ 936,8490	3	27	180	R\$ 31,2283	R\$ 5.621,09400

APÊNDICE I - TABELA DOS QUANTITATIVOS

57	Verdura in natura, tipo vagem, espécie manteiga. Fornecimento em 1kg	KG	200	20	180	R\$ 4.682,0000	20	R\$ 468,2000	2	18	220	R\$ 23,4100	R\$ 5.150,20000
58	Verdura in natura, tipo rúcula, maço de 120g.	MÇ	200	20	180	R\$ 1.386,9000	20	R\$ 138,6900	2	18	220	R\$ 6,9345	R\$ 1.525,59000
59	Verdura in natura, tipo alface lisa ou crespa. Fornecimento em 1kg.	KG	1000	100	900	R\$ 35.860,0000	150	R\$ 5.379,0000	15	135	1150	R\$ 35,8600	R\$ 41.239,00000
60	Verdura in natura, tipo alface americana. Fornecimento em 1kg	KG	1000	100	900	R\$ 31.175,0000	150	R\$ 4.676,2500	15	135	1150	R\$ 31,1750	R\$ 35.851,25000
61	Verdura in natura, tipo alface roxa. Fornecimento em 1kg	KG	1000	100	900	R\$ 24.496,7000	150	R\$ 3.674,5050	15	135	1150	R\$ 24,4967	R\$ 28.171,20500
62	espécie comum. Fornecimento em 1kg	KG	600	60	540	R\$ 5.247,0000	300	R\$ 2.623,5000	30	270	900	R\$ 8,7450	R\$ 7.870,50000
63	Verdura in natura, tipo couve-flor, espécie comum. Fornecimento em 1kg	KG	600	60	540	R\$ 19.147,9800	200	R\$ 6.382,6600	20	180	800	R\$ 31,9133	R\$ 25.530,64000
64	Verdura in natura, tipo cebolinha. Fornecimento em 1kg	KG	200	20	180	R\$ 5.400,0000	40	R\$ 1.080,0000	4	36	240	R\$ 27,0000	R\$ 6.480,00000
65	Verdura in natura, tipo brócolis, espécie americano. Fornecimento em 1kg	KG	400	40	360	R\$ 8.880,0000	100	R\$ 2.220,0000	10	90	500	R\$ 22,2000	R\$ 11.100,00000
66	Verdura in natura, tipo brócolis, espécie comum. Fornecimento em 1kg	KG	400	40	360	R\$ 12.618,0000	100	R\$ 3.154,5000	10	90	500	R\$ 31,5450	R\$ 15.772,50000
67	Verdura in natura, tipo espinafre, espécie comum. Fornecimento em 1kg	KG	300	30	270	R\$ 7.507,5000	20	R\$ 500,5000	2	18	320	R\$ 25,0250	R\$ 8.008,00000
68	Verdura in natura, tipo repolho verde, espécie comum. Fornecimento em 1kg	KG	400	40	360	R\$ 3.003,7600	80	R\$ 600,7520	8	72	480	R\$ 7,5094	R\$ 3.604,51200
69	Verdura in natura, tipo repolho roxo, espécie comum. Fornecimento em 1kg	KG	400	40	360	R\$ 3.868,0000	80	R\$ 773,6000	8	72	480	R\$ 9,6700	R\$ 4.641,60000
70	Verdura in natura, alecrim. Fornecimento em 1kg	KG	150	15	135	R\$ 6.600,0000	20	R\$ 880,0000	2	18	170	R\$ 44,0000	R\$ 7.480,00000
71	Verdura in natura, tomate Italiano. Fornecimento em 1kg	KG	800	80	720	R\$ 12.200,0000	250	R\$ 3.812,5000	25	225	1050	R\$ 15,2500	R\$ 16.012,50000
72	Verdura in natura, tomate comum. Extra "A". Fornecimento em 1kg	KG	1000	100	900	R\$ 11.570,0000	250	R\$ 2.892,5000	25	225	1250	R\$ 11,5700	R\$ 14.462,50000
73	Legume in natura, tipo jiló. Fornecimento em 1kg	KG	200	20	180	R\$ 2.000,1800	20	R\$ 200,0180	2	18	220	R\$ 10,0009	R\$ 2.200,19800
74	Legume in natura, tipo maxixe. Fornecimento em 1kg	KG	200	20	180	R\$ 2.628,9400	20	R\$ 262,8940	2	18	220	R\$ 13,1447	R\$ 2.891,83400
75	Legume in natura, tipo abóbora amarela espécie comum. Fornecimento em 1kg	KG	400	40	360	R\$ 4.410,0000	350	R\$ 3.858,7500	35	315	750	R\$ 11,0250	R\$ 8.268,75000
76	Legume in natura, tipo abobrinha, espécie italiana. Fornecimento em 1kg	KG	500	50	450	R\$ 4.737,5000	200	R\$ 1.895,0000	20	180	700	R\$ 9,4750	R\$ 6.632,50000
77	Legume in natura, tipo batata, espécie baroa. Fornecimento em 1kg	KG	600	60	540	R\$ 17.562,0000	300	R\$ 8.781,0000	30	270	900	R\$ 29,2700	R\$ 26.343,00000
78	Legume in natura, tipo batata inglesa lavada, espécie lisa. Fornecimento em 1kg	KG	2000	200	1800	R\$ 16.600,0000	600	R\$ 4.980,0000	60	540	2600	R\$ 8,3000	R\$ 21.580,00000
79	Legume in natura, tipo inhame, espécie da costa/lavado. Fornecimento em 1kg	KG	400	40	360	R\$ 4.417,7200	250	R\$ 2.761,0750	25	225	650	R\$ 11,0443	R\$ 7.178,79500
80	Legume in natura, tipo aipim, apresentação 1ª qualidade. Fornecimento em 1kg	KG	1000	100	900	R\$ 11.213,3000	200	R\$ 2.242,6600	20	180	1200	R\$ 11,2133	R\$ 13.455,96000

APÊNDICE I - TABELA DOS QUANTITATIVOS

81	Legume in natura, tipo quiabo espécie comum. Fornecimento em 1kg	KG	600	60	540	R\$ 12.297,0000	60	R\$ 1.229,7000	6	54	660	R\$ 20,4950	R\$ 13.526,70000
82	Legume in natura, tipo berinjela, espécie comum. Fornecimento em 1kg	KG	400	40	360	R\$ 3.798,8800	100	R\$ 949,7200	10	90	500	R\$ 9,4972	R\$ 4.748,60000
83	Legume in natura, tipo beterraba, espécie comum. Fornecimento em 1kg	KG	400	40	360	R\$ 4.062,0000	350	R\$ 3.554,2500	35	315	750	R\$ 10,1550	R\$ 7.616,25000
84	Legume in natura, tipo chuchu, espécie verde, Fornecimento em 1kg	KG	400	40	360	R\$ 3.597,3200	100	R\$ 899,3300	10	90	500	R\$ 8,9933	R\$ 4.496,65000
85	Legume in natura, tipo pepino, espécie comum. Fornecimento em 1kg	KG	500	50	450	R\$ 3.779,4500	200	R\$ 1.511,7800	20	180	700	R\$ 7,5589	R\$ 5.291,23000
86	Legume in natura, tipo pimentão, espécie verde. Fornecimento em 1kg	KG	250	25	225	R\$ 3.810,6250	100	R\$ 1.524,2500	10	90	350	R\$ 15,2425	R\$ 5.334,87500
87	Legume in natura, tipo pimentão, espécie vermelho. Fornecimento em 1kg	KG	250	25	225	R\$ 8.100,8250	100	R\$ 3.240,3300	10	90	350	R\$ 32,4033	R\$ 11.341,15500
88	Legume in natura, tipo pimentão, espécie amarelo. Fornecimento em 1kg	KG	250	25	225	R\$ 8.187,5000	100	R\$ 3.275,0000	10	90	350	R\$ 32,7500	R\$ 11.462,50000
89	Legume in natura, tipo tomate, espécie cereja. Fornecimento em 1kg	KG	500	50	450	R\$ 19.146,6500	80	R\$ 3.063,4640	8	72	580	R\$ 38,2933	R\$ 22.210,11400
90	Legume in natura, tipo cenoura. Fornecimento em 1kg	KG	1500	150	1350	R\$ 14.862,7500	600	R\$ 5.945,1000	60	540	2100	R\$ 9,9085	R\$ 20.807,85000
91	Legume In Natura, Tipo: Rabanete, Espécie: Comum. Fornecimento em 1kg	KG	600	60	540	R\$ 13.200,0000	15	R\$ 330,0000	1,5	13,5	615	R\$ 22,0000	R\$ 13.530,00000
92	Cebola in natura, uso culinário, tipo branca. Fornecimento em 1kg	KG	1500	150	1350	R\$ 14.811,9000	450	R\$ 4.443,5700	45	405	1950	R\$ 9,8746	R\$ 19.255,47000
93	Alho nacional in natura, uso culinário. FORNECIMENTO EM 1KG.	KG	600	60	540	R\$ 22.322,8200	200	R\$ 7.440,9400	20	180	800	R\$ 37,2047	R\$ 29.763,76000
94	Cheiro verde in natura, nome cheiro verde (salsa e cebolinha). FORNECIMENTO EM 1KG.	KG	300	30	270	R\$ 14.862,0000	60	R\$ 2.972,4000	6	54	360	R\$ 49,5400	R\$ 17.834,40000
95	Legume In Natura. Tipo: Milho verde - Apresentação: Espiga de primeira qualidade. Tamanho: médio a grande Características adicionais: Integro e sem fungos, grãos macios, coloração uniforme, necessita estar isenta de sujidades, parasitas, rachaduras, cortes e perfurações.	KG	300	30	270	R\$ 9.435,0000	70	R\$ 2.201,5000	7	63	370	R\$ 31,4500	R\$ 11.636,50000
96	Legume In Natura, Tipo: Batata, Características Adicionais: Congelada, Cortada Palito, Pronta P/ Fritar. Embalagem de 2kg	SACO	1200	120	1080	R\$ 35.418,0000	400	R\$ 11.806,0000	40	360	1600	R\$ 29,5150	R\$ 47.224,00000
97	Legume Processado, Tipo: Cenoura em cubos congelado. Legume in natura, espécie comum, congelado. Fornecimento em 1kg	KG	600	60	540	R\$ 18.087,0000	200	R\$ 6.029,0000	20	180	800	R\$ 30,1450	R\$ 24.116,00000
98	Legume Processado, Tipo: Brócolis, Preparo: Pré Cozido, Apresentação: Congelado. Embalagem com 1kg	KG	800	80	720	R\$ 16.052,0000	400	R\$ 8.026,0000	40	360	1200	R\$ 20,0650	R\$ 24.078,00000

APÊNDICE I - TABELA DOS QUANTITATIVOS

99	Legume Processado, Tipo: Batata, Formato: Canoa, Preparo: Pré Frito, Apresentação: Congelado.	KG	800	80	720	R\$ 23.588,0000	400	R\$ 11.794,0000	40	360	1200	R\$ 29,4850	R\$ 35.382,00000
100	Legume Processado, Tipo: Mandioca, Formato: Palito, Preparo: Pré Frito, Apresentação: Congelado. Embalagem de 1kg	KG	1200	120	1080	R\$ 30.714,0000	300	R\$ 7.678,5000	30	270	1500	R\$ 25,5950	R\$ 38.392,50000
101	Legume Em Conserva, Tipo: Azeitona Verde, Tamanho: Grande, Apresentação: Com Recheio. Embalagem de 500G	EMB	400	40	360	R\$ 9.950,0000	100	R\$ 2.487,5000	10	90	500	R\$ 24,8750	R\$ 12.437,50000
102	Seleta de legumes. (lata de 200g), com cenoura, ervilha e batata. Validade mínima de 01 ano	EMB	2500	250	2250	R\$ 15.725,0000	800	R\$ 5.032,0000	80	720	3300	R\$ 6,2900	R\$ 20.757,00000
103	Gengibre in natura. Pacote de 1kg	KG	50	5	45	R\$ 1.270,0000	20	R\$ 508,0000	2	18	70	R\$ 25,4000	R\$ 1.778,00000
104	Manjerição desidratado espécie comum, (embalagem 1 kg).	KG	40	4	36	R\$ 1.325,5520	40	R\$ 1.325,5520	4	36	80	R\$ 33,1388	R\$ 2.651,10400
105	Batata em flocos p\ purê. Pacote de 1 KG.	KG	800	80	720	R\$ 30.790,2400	200	R\$ 7.697,5600	20	180	1000	R\$ 38,4878	R\$ 38.487,80000
106	Legume em conserva, tipo legumes ervilha, embalagem com peso drenado 170g	EMB	3000	300	2700	R\$ 12.456,3000	600	R\$ 2.491,2600	60	540	3600	R\$ 4,1521	R\$ 14.947,56000
107	Legume em conserva, tipo legumes milho, embalagem com peso drenado 170g	EMB	3000	300	2700	R\$ 14.016,0000	600	R\$ 2.803,2000	60	540	3600	R\$ 4,6720	R\$ 16.819,20000
108	Legume Em Conserva, Tipo: Azeitona Verde, Apresentação: Fatiada. Embalagem de 2kg.	EMB	400	40	360	R\$ 20.622,9200	150	R\$ 7.733,5950	15	135	550	R\$ 51,5573	R\$ 28.356,51500
109	Legume em conserva, tipo legumes palmito inteiro, vidro de 300 gr de peso drenado.	EMB	400	40	360	R\$ 13.260,0000	300	R\$ 9.945,0000	30	270	700	R\$ 33,1500	R\$ 23.205,00000
110	Tomate seco em conserva, embalagem tipo balde c\ peso drenado de 1,0 kg, similar a ting.	BD	50	5	45	R\$ 2.127,6650	20	R\$ 851,0660	2	18	70	R\$ 42,5533	R\$ 2.978,73100
111	Leguminosa, variedade feijão de corda, tipo 1. Embalagem de 1KG	EMB	200	20	180	R\$ 3.500,0000	100	R\$ 1.750,0000	10	90	300	R\$ 17,5000	R\$ 5.250,00000
112	Colorífico em pó (urucum). Embalagem de 1KG	KG	50	5	45	R\$ 1.273,8350	30	R\$ 764,3010	3	27	80	R\$ 25,4767	R\$ 2.038,13600
113	Chocolate, Tipo: Preto, Apresentação: Barra, Sabor: Ao Leite. Embalagem de 1KG	EMB	200	20	180	R\$ 9.450,0000	50	R\$ 2.362,5000	5	45	250	R\$ 47,2500	R\$ 11.812,50000
114	Barra Nutricional, Composição Básica: De Flocos De Cereais, Ingredientes Adicionais: Oleaginosas E Chocolate. Embalagem com 24 unidades	EMB	1000	100	900	R\$ 34.597,9000	50	R\$ 1.729,8950	5	45	1050	R\$ 34,5979	R\$ 36.327,79500
115	Café, Apresentação: Cápsula, Intensidade: Média, Tipo: Cappuccino. Caixa com 10 cápsulas compatível com a cafeteira Nespresso	CX	120	12	108	R\$ 3.758,7480	0	R\$ 0,0000	0	0	120	R\$ 31,3229	R\$ 3.758,74800
116	Mistura alimentícia, aplicação bolo, sabor natural. Embalagem 400g	EMB	500	50	450	R\$ 3.897,5000	120	R\$ 935,4000	12	108	620	R\$ 7,7950	R\$ 4.832,90000
117	Mel Abelha, Aplicação: Alimentação Humana, Tipo: 1ª Qualidade, Apresentação: Embalagem Com 500 G	FRASCO	400	40	360	R\$ 14.318,2000	150	R\$ 5.369,3250	15	135	550	R\$ 35,7955	R\$ 19.687,52500

APÊNDICE I - TABELA DOS QUANTITATIVOS

118	Carne bovina, tipo de corte costela, apresentação cortada, conservação congelada. Fornecimento em kg.	KG	1000	100	900	R\$ 28.128,0000	180	R\$ 5.063,0400	18	162	1180	R\$ 28,1280	R\$ 33.191,04000
119	Carne bovina, tipo de corte patinho, apresentação peça inteira, conservação congelada. Fornecimento em kg.	KG	1000	100	900	R\$ 44.581,4000	400	R\$ 17.832,5600	40	360	1400	R\$ 44,5814	R\$ 62.413,96000
120	Carne bovina in natura, tipo corte língua, apresentação peça inteira, conservação congelado. Fornecimento em 1kg	KG	300	30	270	R\$ 4.820,0100	0	R\$ 0,0000	0	0	300	R\$ 16,0667	R\$ 4.820,01000
121	Carne Bovina In Natura, Tipo Corte: Bucho, Apresentação: Peça Inteira, Estado De Conservação: Congelado. Fornecimento em 1kg	KG	800	80	720	R\$ 18.400,0000	40	R\$ 920,0000	4	36	840	R\$ 23,0000	R\$ 19.320,00000
122	Carne Bovina In Natura, Tipo Corte: Fígado, Apresentação: Peça Inteira, Estado De Conservação: Congelado. Fornecimento em 1kg.	KG	800	80	720	R\$ 17.173,3600	150	R\$ 3.220,0050	15	135	950	R\$ 21,4667	R\$ 20.393,36500
123	Carne Bovina In Natura, Tipo Corte: Fraldinha, Apresentação: Peça Inteira, Estado De Conservação: Congelado. Fornecimento em 1kg	KG	800	80	720	R\$ 41.008,0000	400	R\$ 20.504,0000	40	360	1200	R\$ 51,2600	R\$ 61.512,00000
124	Carne Bovina In Natura, Tipo Corte: Contrafilé (Bisteca), Apresentação: Fatiada Em Bife, Estado De Conservação: Congelado. Fornecimento em 1kg	KG	1000	100	900	R\$ 49.500,0000	400	R\$ 19.800,0000	40	360	1400	R\$ 49,5000	R\$ 69.300,00000
125	Carne bovina in natura, tipo corte: Chamaril serrado traseiro bovino / Ossobuco. Estado de conservação: congelado.	KG	600	60	540	R\$ 22.107,0000	80	R\$ 2.947,6000	8	72	680	R\$ 36,8450	R\$ 25.054,60000
126	Carne Bovina In Natura, Tipo Corte: Mocotó, Apresentação: Cortada, Estado De Conservação: Congelado. Fornecimento em 1kg	KG	500	50	450	R\$ 13.395,0000	300	R\$ 8.037,0000	30	270	800	R\$ 26,7900	R\$ 21.432,00000
127	Carne Bovina In Natura, Tipo Corte: Miolo Ou Coração Da Alcatra, Apresentação: Peça Inteira, Estado De Conservação: Congelado. Fornecimento em 1KG	KG	900	90	810	R\$ 48.798,0000	400	R\$ 21.688,0000	40	360	1300	R\$ 54,2200	R\$ 70.486,00000
128	Carne suína in natura, tipo corte: Joelho de porco. Estado de conservação: congelado.	KG	120	12	108	R\$ 4.464,6000	0	R\$ 0,0000	0	0	120	R\$ 37,2050	R\$ 4.464,60000
129	Carne Suína In Natura, Tipo Corte: Barriga, Apresentação: Peça Inteira, Estado De Conservação: Congelado. Fornecimento em 1kg	KG	400	40	360	R\$ 13.828,0000	100	R\$ 3.457,0000	10	90	500	R\$ 34,5700	R\$ 17.285,00000
130	Carne Suína In Natura, Tipo Corte: Pernil, Apresentação: Peça Inteira, Processamento: Sem Osso, Sem Pele, Estado De Conservação: Congelado. Fornecimento em 1kg.	KG	1000	100	900	R\$ 26.174,0000	300	R\$ 7.852,2000	30	270	1300	R\$ 26,1740	R\$ 34.026,20000

APÊNDICE I - TABELA DOS QUANTITATIVOS

131	Carne Suína In Natura, Tipo Corte: Paleta, Apresentação: Peça Inteira, Processamento: Sem Osso, Estado De Conservação: Congelado. Fornecimento em 1kg	KG	400	40	360	R\$ 10.578,1200	100	R\$ 2.644,5300	10	90	500	R\$ 26,4453	R\$ 13.222,65000
132	Carne suína In natura. Tipo Panceta Suína, Apresentação: peça inteira. Estado de conservação: congelado. Marca de Referência: Seara	KG	160	16	144	R\$ 6.300,5760	0	R\$ 0,0000	0	0	160	R\$ 39,3786	R\$ 6.300,57600
133	Moela – Carne de Ave in Natura Tipo animal Frango Tipo corte moela Apresentação Inteiro Estado de conservação congelado	KG	100	10	90	R\$ 1.706,2500	0	R\$ 0,0000	0	0	100	R\$ 17,0625	R\$ 1.706,25000
134	Carne de ave, tipo animal frango, tipo, corte coxa e sobrecoxa, apresentação inteira, conservação congelado, processamento com pele, com osso. Fornecimento em 1kg.	KG	1000	100	900	R\$ 17.271,4000	400	R\$ 6.908,5600	40	360	1400	R\$ 17,2714	R\$ 24.179,96000
135	Carne Salgada, Tipo Corte: Ponta De Agulha - Charque, Origem: Bovina, Apresentação: Em Mantas, Estado De Conservação: Seco. Fornecimento em 1kg	KG	1350	135	1215	R\$ 67.967,1000	300	R\$ 15.103,8000	30	270	1650	R\$ 50,3460	R\$ 83.070,90000
136	Carne Processada, Variedade: Hamburguer, Tipo: Bovino, Sabor: Temperado, Estado De Conservação: Congelado, Embalagem com 672 gramas, 12 unidades individuais.	EMB	1000	100	900	R\$ 23.248,0000	0	R\$ 0,0000	0	0	1000	R\$ 23,2480	R\$ 23.248,00000
137	Biscoito, Características Adicionais: Recheio Goiabada, Tipo: Roladinho De Goiaba. Embalagem com 75g	PCT	1000	100	900	R\$ 4.890,0000	100	R\$ 489,0000	10	90	1100	R\$ 4,8900	R\$ 5.379,00000
138	Biscoito, Apresentação: Palito, Sabor: Chocolate, Classificação: Doce Características Adicionais: Com Recheio. Tubetes de chocolate, canudinho sabor chocolate. Caixa com peso líquido a partir de 50g	CX	1000	100	900	R\$ 4.990,0000	0	R\$ 0,0000	0	0	1000	R\$ 4,9900	R\$ 4.990,00000
139	Batata processada, espécie inglesa, tipo frita, formato chips, apresentação pronto para consumo. TUBO com 104g	EMB	300	30	270	R\$ 4.670,6400	90	R\$ 1.401,1920	9	81	390	R\$ 15,5688	R\$ 6.071,83200
140	Batata processada, espécie inglesa, tipo frita, formato ondulada, apresentação pronto para consumo. Embalagem com 115g	EMB	200	20	180	R\$ 1.371,8600	0	R\$ 0,0000	0	0	200	R\$ 6,8593	R\$ 1.371,86000
141	Farinha De Rosca, Base: De Pão Seco, Apresentação: Flocado, tipo panko. Embalagem de 1kg	KG	1500	150	1350	R\$ 34.350,0000	200	R\$ 4.580,0000	20	180	1700	R\$ 22,9000	R\$ 38.930,00000
142	Bala, Aplicação: Alimentícias, Tipo: Butter Toffee, Características Adicionais: Sortidas Finas, Sabor: Variado. Pacote 600g	EMB	100	10	90	R\$ 2.825,0000	0	R\$ 0,0000	0	0	100	R\$ 28,2500	R\$ 2.825,00000

APÊNDICE I - TABELA DOS QUANTITATIVOS


143	Doce Não Confeitado, Tipo: Massa, Sabor: Goiaba, Forma Apresentação: Tablete. Embalagem de 1kg	KG	500	50	450	R\$ 7.678,7500	100	R\$ 1.535,7500	10	90	600	R\$ 15,3575	R\$ 9.214,50000
144	Castanha Para Alimentacao, Origem: Cajú, Tipo: Torrada E Salgada. Embalagem de 100g	PCT	250	25	225	R\$ 4.050,0000	0	R\$ 0,0000	0	0	250	R\$ 16,2000	R\$ 4.050,00000
145	Frios, Variedade: Peito De Peru, Tipo Preparação: Defumado, Apresentação: Peça Inteira, Estado De Conservação: Resfriado. Fornecimento em 1kg.	KG	750	75	675	R\$ 51.578,4750	320	R\$ 22.006,8160	32	288	1070	R\$ 68,7713	R\$ 73.585,29100
146	Frios, Variedade: Lombo, Tipo: Canadense, Tipo Preparação: Defumado, Apresentação: Peça Inteira, Estado De Conservação: Resfriado. Fornecimento em 1kg	KG	500	50	450	R\$ 41.748,3500	0	R\$ 0,0000	0	0	500	R\$ 83,4967	R\$ 41.748,35000
147	Frios, Variedade: Mortadela, Tipo: Italiana, Tipo Preparação: Defumado, Apresentação: Peça Inteira, Estado De Conservação: Resfriado. Fornecimento em 1kg	KG	500	50	450	R\$ 22.485,0000	80	R\$ 3.597,6000	8	72	580	R\$ 44,9700	R\$ 26.082,60000
148	Frios, Variedade: Mortadela, Tipo: Bologna, Tipo Preparação: Defumado, Apresentação: Peça Inteira, Estado De Conservação: Resfriado. Fornecimento em 1kg	KG	400	40	360	R\$ 22.796,0000	80	R\$ 4.559,2000	8	72	480	R\$ 56,9900	R\$ 27.355,20000
149	frios, queijo, mussarella, embalado em plástico inviolável, selado a vácuo, validade mínima de 1 meses e 6 dias a contar da data da entrega, e suas condições deverão estar de acordo com a portaria kg ma. 358 de 04/09/97 e nta-11(decreto 12486 de 20/10/78), embalagem com aproximadamente 3 kg, temperatura entre 0 a 10 °c	KG	1350	135	1215	R\$ 72.900,0000	350	R\$ 18.900,0000	35	315	1700	R\$ 54,0000	R\$ 91.800,00000
150	Catupiry Requeijão Cremoso Culinário Bisnaga 1,5 Kg. Marca de referência: Catupiry	UN	100	10	90	R\$ 6.500,0000	80	R\$ 5.200,0000	8	72	180	R\$ 65,0000	R\$ 11.700,00000
151	Cheddar Requeijão Cremoso Culinário Bisnaga de 1,5 kg. Marca de Referência: Catupiry	UN	100	10	90	R\$ 6.180,0000	30	R\$ 1.854,0000	3	27	130	R\$ 61,8000	R\$ 8.034,00000
152	Bacon defumado - Manta Carne defumada. Tipo corte: toucinho (bacon) Tipo animal: suína. Apresentação: em mantas. Estado de conservação: resfriado(a) De primeira qualidade. Embalado a vácuo	KG	600	60	540	R\$ 39.574,5000	150	R\$ 9.893,6250	15	135	750	R\$ 65,9575	R\$ 49.468,12500



APÊNDICE I - TABELA DOS QUANTITATIVOS

153	Cream Cheese – Tradicional Bisnaga de 1,5 kg. Apresentação: Cremoso. Ingredientes: Leite pasteurizado integral, creme de leite pasteurizado, leite em pó desnatado, soro de leite em pó, cloreto de sódio (sal), concentrado proteico de soro de leite em pó, fermento láctico, espessante goma guar, estabilizantes carragena e goma jataí e conservador ácido sórbico. Marca de Referência: Polengui	EMB	150	15	135	R\$ 9.013,5000	80	R\$ 4.807,2000	8	72	230	R\$ 60,0900	R\$ 13.820,70000
154	Ovo de codorna descascado com peso de 1 kg drenado, selo s.i.f. Com validade mínima de 6 meses.	KG	300	30	270	R\$ 16.197,0000	100	R\$ 5.399,0000	10	90	400	R\$ 53,9900	R\$ 21.596,00000
155	Ovo de Codorna. Embalagem com 30 unidades.	BJ	100	10	90	R\$ 1.454,9300	0	R\$ 0,0000	0	0	100	R\$ 14,5493	R\$ 1.454,93000
156	Biscoito, Apresentação: Waffer, Sabor: Variado. Embalagem a partir de 140g.	PCT	400	40	360	R\$ 2.000,0000	50	R\$ 250,0000	5	45	450	R\$ 5,0000	R\$ 2.250,00000
157	Biscoito, Sabor: Chocolate, Características Adicionais: Sem Recheio, Tipo: Rosquinha. Pacote a partir de 300g.	PCT	300	30	270	R\$ 2.559,0900	50	R\$ 426,5150	5	45	350	R\$ 8,5303	R\$ 2.985,60500
158	Biscoito amanteigado recheado com goiabada, tipo petit four, à base de farinha de trigo, açúcar, margarina e goiabada, acondicionado em embalagem de 1kg.	KG	300	30	270	R\$ 20.250,0000	40	R\$ 2.700,0000	4	36	340	R\$ 67,5000	R\$ 22.950,00000
159	Biscoito amanteigado, Sabor: Doce, Sabor nata, Tipo: Petit Four, Ingredientes: Açúcar, Farinha De Trigo, Ovo E Sal. acondicionado em embalagem de 1kg.	KG	400	40	360	R\$ 27.000,0000	40	R\$ 2.700,0000	4	36	440	R\$ 67,5000	R\$ 29.700,00000
160	Doce Não Confeitado, Tipo: Massa, Sabor: Chocolate, Forma Apresentação: Tablete, Recheio de menta. Embalagem de 350g contendo 85 tabletes (pastilhas)	EMB	200	20	180	R\$ 12.750,0000	0	R\$ 0,0000	0	0	200	R\$ 63,7500	R\$ 12.750,00000
161	Bebida não alcoólica, isotônica, para reposição de líquidos e minerais. Sabores diversos. Apresentação garrafa com 500ml.	UN	1500	150	1350	R\$ 17.507,2500	80	R\$ 933,7200	8	72	1580	R\$ 11,6715	R\$ 18.440,97000
162	Geleia: tipo Pimenta - Geleia Agridoce Gourmet sabor Pimenta Vermelha 300g - SEM GLÚTEN SEM LEITE SEM SOJA PIMENTA VERMELHA Ingredientes - Açúcar, Pimenta Vermelha, Extrato de Pimenta Vermelha, Estabilizante Pectina de Fruta e Suco Concentrado de Limão. Marca de referência: Queensberry	POTE	50	5	45	R\$ 1.098,0000	20	R\$ 439,2000	2	18	70	R\$ 21,9600	R\$ 1.537,20000
163	Pimenta de biquinho vermelha - Condimento. Apresentação: Conserva Embalagem a partir de 200g. Marca de Referência: Hemmer	UN	100	10	90	R\$ 3.033,5000	80	R\$ 2.426,8000	8	72	180	R\$ 30,3350	R\$ 5.460,30000

APÊNDICE I - TABELA DOS QUANTITATIVOS

164	Melado - tipo: melado de cana Ingredientes: melado de cana-de-açúcar. Embalagem de 250g. Marca de Referência: Da colônia	EMB	40	4	36	R\$ 632,9520	60	R\$ 949,4280	6	54	100	R\$ 15,8238	R\$ 1.582,38000
165	Alho desidratado - Condimento Tipo: Alho. Apresentação: Granulado Embalagem de 500g	EMB	400	40	360	R\$ 18.000,0000	10	R\$ 450,0000	1	9	410	R\$ 45,0000	R\$ 18.450,00000
166	Canudo para rechear Formato de cone. Pronto para consumo. Embalagem aproximadamente 40 unidades. Marca de referência: Kero Mais	EMB	20	2	18	R\$ 524,0580	0	R\$ 0,0000	0	0	20	R\$ 26,2029	R\$ 524,05800
167	Mix De Cereais E Castanhas (Mix Nuts) <b>Embalagem de 1KG</b>	PCT	100	10	90	R\$ 9.590,6200	0	R\$ 0,0000	0	0	100	R\$ 95,9062	R\$ 9.590,62000
168	<b>Espetos Aperitivo de Bambu de 09cm Decorativo para Eventos, Lanches e Buffet Embalagem 100 unidade</b> imagem ilustrativa: 	PCT	100	10	90	R\$ 2.720,0000	10	R\$ 272,0000	1	9	110	R\$ 27,2000	R\$ 2.992,00000
169	Salgados sabores diversos, tipo barquete, assado, formato canoinhas coloridas, pronto para consumo. Pacote de 1KG.	PCT	200	20	180	R\$ 10.960,0000	30	R\$ 1.644,0000	3	27	230	R\$ 54,8000	R\$ 12.604,00000
170	Sanduiche natural frio preparado com pão de forma, sabores variados, embalado em atmosfera modificada.	UN	2000	200	1800	R\$ 25.206,0000	0	R\$ 0,0000	0	0	2000	R\$ 12,6030	R\$ 25.206,00000
171	Feijão, tipo 1, tipo classe vermelho, pacote de 1 kg, similar a yoki, chinezinho ou combrasil.	KG	150	15	135	R\$ 2.928,0000	100	R\$ 1.952,0000	10	90	250	R\$ 19,5200	R\$ 4.880,00000
172	Feijão mulatinho: feijão, tipo 1, tipo classe mulatinho, EMBALAGEM 500G , similar a yoki, chinezinho ou combrasil.	EMB	1000	100	900	R\$ 8.271,6000	100	R\$ 827,1600	10	90	1100	R\$ 8,2716	R\$ 9.098,76000
173	Pão, tipo mini brioche, produto de 25g, acondicionado em embalagem primária de polietileno, própria para alimentos;	UN	3000	300	2700	R\$ 12.167,4000	100	R\$ 405,5800	10	90	3100	R\$ 4,0558	R\$ 12.572,98000
174	DOCE TIPO BRIGADEIRO, com aproximadamente 30g cada, de 1ª qualidade, ingredientes: leite condensado e chocolate em pó	UN	20000	2000	18000	R\$ 71.590,0000	1200	R\$ 4.295,4000	120	1080	21200	R\$ 3,5795	R\$ 75.885,40000

APÊNDICE I - TABELA DOS QUANTITATIVOS

175	<b>IDEM AO ITEM 24 - Café em grãos</b> 100% café arábica Apresentação: torrado Tipo: único, com Nota de Qualidade Global igual ou superior a 7,3 Torrefação: ponto de torra média (variação aceita de nº Disco Agtron 55 a 85) Prazo de validade de no mínimo 12 (doze) meses Possuir Selo da ABIC GOURMET ou BSCA na categoria Gourmet ou Laudo de avaliação emitido por laboratório credenciado (REBLAS/ANVISA, INMETRO que garanta a qualidade exigida nas especificações exigidas; e Marcas de Referência (Igual ou superior): 3 Corações Gourmet Fornecimento: Embalagem de 500 g	PCT	400	40	360	R\$ 24.234,6400	-	-	-	-	400	R\$ 60,5866	R\$ 24.234,64000
176	<b>IDEM AO ITEM 127 - Carne Bovina</b> In Natura, Tipo Corte: Miolo Ou Coração Da Alcatra, Apresentação: Peça Inteira, Estado De Conservação: Congelado. Fornecimento em 1KG	KG	300	30	270	R\$ 16.266,0000	-	-	-	-	300	R\$ 54,2200	R\$ 16.266,00000
177	<b>IDEM AO ITEM 135 -Carne Salgada,</b> Tipo Corte: Ponta De Agulha - Charque, Origem: Bovina, Apresentação: Em Mantas, Estado De Conservação: Seco. Fornecimento em 1kg	KG	450	45	405	R\$ 22.655,7000	-	-	-	-	450	R\$ 50,3460	R\$ 22.655,70000
178	<b>IDEM AO ITEM 145 - Frios,</b> Variedade: Peito De Peru, Tipo Preparação: Defumado, Apresentação: Peça Inteira, Estado De Conservação: Resfriado. Fornecimento em 1kg.	KG	250	25	225	R\$ 17.192,8250	-	-	-	-	250	R\$ 68,7713	R\$ 17.192,82500
179	<b>IDEM AO ITEM 149 - frios, queijo, mussarella,</b> embalado em plástico inviolável, selado a vácuo, validade mínima de 1 meses e 6 dias a contar da data da entrega, e suas condições deverão estar de acordo com a portaria kg ma. 358 de 04/09/97 e nta-11(decreto 12486 de 20/10/78), embalagem com aproximadamente 3 kg, temperatura entre 0 a 10 °c	KG	450	45	405	R\$ 24.300,0000	-	-	-	-	450	R\$ 54,0000	R\$ 24.300,00000
		DPM				R\$ 2.555.004,9730	DGPM	R\$ 586.495,3000					
<b>TOTAL</b>													<b>R\$ 3.141.500,27300</b>

## DIRETORIA DO PESSOAL DA MARINHA (DPM)

## Estudo Técnico Preliminar 6/2026

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 63011.001148/2026-08

## 2. Descrição da necessidade

2.1 A presente contratação decorre do dever legal e institucional da Diretoria de Pessoal da Marinha (DPM) de fornecer alimentação adequada ao seu efetivo, composto por militares e servidores civis. Esta obrigação está prevista nos regulamentos das Forças Armadas e constitui aspecto fundamental para a manutenção da prontidão operacional, do bem-estar e da saúde do contingente militar, sendo competência da Seção de Municiamento da DPM coordenar, controlar e fiscalizar todo o ciclo logístico relacionado à alimentação, desde o planejamento até o preparo final dos alimentos.

2.2 A presente aquisição justifica-se pela necessidade de gêneros alimentícios, a fim de fornecer alimentação ao efetivo pertencente à DPM, onde tais itens são essenciais para diversas preparações alimentícias que são fundamentais na adequação nutricional diária. Vale ressaltar que a aquisição dos materiais a ser pretendidos na licitação, não causará impactos ambientais.

## 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Seção de Municiamento	GM (RM2-S) BRUNA FREITAS AMARAL GARCIA

## 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Conforme condições e exigências estabelecidas abaixo:

4.1.1. O prazo de entrega dos bens é de 5 (cinco) dias úteis, contados da data de emissão da Nota de Empenho que será encaminhada via endereço eletrônico, em remessa única, no seguinte endereço Praça Barão de Ladário, s/nº, Edifício Almirante Tamandaré, **4º andar**, Centro, Rio de Janeiro – RJ; CEP: 20091-000, de segunda a sexta das 08:00 às 16:00 e Praça Barão de Ladário, s/nº, Edifício Almirante Tamandaré, **7º andar**, Centro, Rio de Janeiro – RJ; CEP: 20091-000, de segunda a sexta das 08:00 às 16:00

4.1.2. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 2 (dois) dias úteis, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

4.1.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.1.4. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 3 (três) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

4.1.4.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.1.4.2. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

4.1.4.3. Os Empenhos do tipo “Ordinário” serão entregues de uma só vez no prazo do item 4.1.2;

4.1.4.4. Os Empenhos do tipo “global” serão entregues de forma parcelada, no prazo de 2 (dois) dias úteis a contar do recebimento do pedido, encaminhado via correio eletrônico (e-mail);

4.1.5. São condições para recebimento dos gêneros alimentícios:

4.1.5.1. Os veículos de transporte de distribuição de gêneros alimentícios devem dispor de:

4.1.5.1.1. Separação integral entre o compartimento de cargas e o compartimento do condutor;

4.1.5.1.2. Meios de proteção dos alimentos contra raios solares diretos, chuvas, excesso de calor, poeiras e contaminações de qualquer natureza, em qualquer das operações.

4.1.5.1.3. As lonas de forração devem ser impermeáveis e isentas de furos e rasgos que permitam a passagem de água e/ou sujeira. O material de cobertura deve estar limpo, seco e sem odores ou resíduos que possam contaminar os produtos ou sujar embalagens;

4.1.5.2. Os veículos de transporte não devem apresentar a menor evidência de presença de roedores, pássaros, insetos (baratas entre outros), vazamentos, umidade, materiais estranhos e odores desagradáveis. Os pisos e laterais da carroceria devem estar, ainda, em boas condições e não apresentar buracos e rachaduras;

4.1.5.3. Os gêneros alimentícios não devem ser armazenados e/ou transportados com produtos tóxicos, perigosos ou susceptíveis de contaminar os alimentos ou ainda alterar suas características sensoriais;

4.1.5.4. Permitir transporte de alimentos crus no mesmo veículo com produtos prontos ou processados, somente quando ambos estiverem devidamente acondicionados;

4.1.5.5. As mercadorias transportadas devem estar acondicionadas em invólucros, pacotes ou recipientes originais dos estabelecimentos comerciais ou industriais e devidamente rotuladas com a identificação de origem;

4.1.5.6. As embalagens não devem ser pisoteadas e nem devem servir de assento, para evitar que fiquem sujas ou danificadas;

4.1.5.7. As cargas devem ser inspecionadas visualmente no descarregamento para verificação de anormalidade;

4.1.5.8. Os funcionários devem trajar o uniforme completo, limpo e sapatos fechados.

4.5.6. Manuseio:

4.5.6.1. A carga/descarga do veículo deverá ser executada em local protegido da chuva;

4.5.6.2. Os estrados ou recipientes empregados na movimentação de produtos alimentícios devem estar limpos, secos, sem odores estranhos e livres de infestações de carunchos, cupins e outros insetos. Devem também estar em bom estado de conservação;

4.5.6.3. Manter a área de carga/descarga livre de estrados, caixas fora de uso e materiais danificados;

4.5.6.4. Os entregadores deverão com trajar uniforme adequado e limpo, avental, sapato fechado e proteção nos cabelos (quando necessário).

4.5.7. Nota fiscal:

4.5.7.1. Este documento deve vir com o nome, endereço, CNPJ, entre outras informações referentes ao fornecedor;

4.5.7.2. Deve estar expresso o destinatário da mercadoria com o endereço completo e os produtos solicitados com a quantidade (Kg), condições de embalagens (cx., pc.), preço unitário, preço multiplicado e preço total da nota;

4.5.7.3. A partir dessas informações o responsável pelo recebimento deve conferir todos os dados da Nota Fiscal com o pedido realizado: as quantidades, preço unitário, possível desconto, e também, o nome do produto com suas marcas, embalagens e condições de conservação (congelados/resfriados).

4.5.8. Produto:

4.5.8.1. Após todo o processo administrativo, a conferência deve ser realizada entre a Nota Fiscal e o produto propriamente dito;

4.5.8.2. Dados como quantidades, peso, temperaturas, embalagens, condições de conservação, marca, etc., devem ser comparados detalhadamente;

4.5.8.3. De acordo com as características das embalagens das matérias-primas, deve-se observar em potes, pacotes a vácuo, sacos, plásticos de proteção, etc., os seguintes itens: se a embalagem está íntegra aos padrões do produto, com ausência de furos, rasgos, manchas ou substâncias grudadas, insetos ou qualquer outra condição que não seja específica a ele;

4.5.8.4. Fazer avaliação sensorial (características organolépticas, cor, gosto, odor, aroma, aparência, textura, sabor). Esta avaliação deve estar baseada nos critérios definidos pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) – ANÁLISE SENSORIAL DE ALIMENTOS E BEBIDAS – NBR 12806- 02/93;

4.5.8.5. Alimentos não devem estar em contato direto com papel não adequado (reciclado, jornais, revistas e similares), papelões ou plástico reciclado;

4.5.8.6. Na rotulagem devem constar nome e composição do produto, lote, data de fabricação e validade, número de registro no órgão oficial de inspeção, CNPJ, endereço do fabricante e distribuidor, condições de armazenamento e quantidade (peso);

4.5.8.7. A temperatura também é item de grande importância, devendo ser verificada ANTES da retirada do produto das caixas de transporte;

4.5.8.8. O termômetro, equipamento responsável pela medição de temperaturas, tem seu espelho lavado com água e sabão, é enxaguado em água corrente e imerso em solução clorada, à concentração de 100 ppm. Após a secagem (com papel toalha branco), é inserida a ponta deste equipamento no centro geométrico do alimento (exceto congelados), isto é, no meio da peça. São aguardados alguns minutos para que haja a estabilização do valor e, se a temperatura for aceitável, a mercadoria é recebida;

4.5.8.9. Os alimentos são agrupados para facilitar e diminuir a quantidade de temperaturas padronizadas;

#### 4.5.9. IRP

4.5.9.1. Conforme o Art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, que estabelece os critérios para a verificação da necessidade de exigência de garantias pela autoridade competente, não haverá exigência de garantia na contratação. Tal dispensa decorre do fato de que o fornecimento de materiais será realizado por meio de uma ata de registro de preços (SRP), com entrega imediata dos bens durante o período de vigência da referida ata. Dessa forma, não será necessária a prestação de garantia, uma vez que não haverá celebração de contrato formal.

#### 4.5.10. Adesão a Ata de Registro de Preços

4.5.10.1. As atas de registro de preços decorrentes deste processo não permitirão adesão em razão do esforço para o controle de custos e planejamento que, em virtude da quantidade limitada de pessoal, pode dificultar o planejamento orçamentário, o monitoramento de gastos e a aplicação de descontos obtidos pela ata, prejudicando a gestão eficiente dos recursos públicos.

## 5. Levantamento de Mercado

5.1. Para a aquisição em tela foram analisados processos similares feitos por outros órgãos e entidades, por meio de pesquisa no âmbito de pregões e contratações públicas através do site <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/>, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da Administração.

5.2. Desta forma, observou-se que a modalidade de licitação utilizada é Pregão eletrônico com Sistema de Registro de Preços para a obtenção de gêneros alimentícios para atender as necessidades de alimentação do DPM e DGPM para seus servidores civis e militares.

5.3. Ademais, esta modalidade de licitatória permite o atendimento da demanda da Seção de Municiamento pois após a sua assinatura, o fornecedor assume o compromisso de manter disponível o objeto licitado, nos quantitativos máximos estabelecidos, pelo prazo de validade da Ata, ao preço registrado. Dessa maneira, durante a vigência da ata, a Seção de Municiamento poderá solicitar os alimentos licitados de acordo com as necessidades de cardápio semanais, mantendo este diversificado e nutritivo ao efetivo de cerca de 300 (trezentos) comensais. Base legal: Decreto no 11.462/23, de 31/03 /2023, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços (SRP) previsto nos art. 82 a art. 86 da Lei nº 14.133.

5.4. Ademais, tendo em vista que no mercado são encontrados gêneros alimentícios processados, embalados, resfriados, congelados ou in natura, e optou-se pela aquisição desses itens para possibilitar uma gama maior e preparos com o mesmo alimento, bem como suprir a capacidade de armazenagem da Seção de Municiamento.

## 6. Descrição da solução como um todo

6.1. A descrição da solução como um todo, conforme minudenciado nos Estudos Preliminares, abrange a aquisição de gêneros alimentícios - por meio do sistema de registro de preços, para atendimento das demandas da Diretoria de Pessoal da Marinha e Diretoria Geral do Pessoal da Marinha.

6.2. Optou-se pela modalidade de licitação Pregão eletrônico com Sistema de Registro de Preços, tendo em vista que a Ata de Registro de Preços se trata de um documento vinculativo, obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, em que se registram os preços, fornecedores, órgãos participantes e condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no instrumento convocatório e propostas apresentadas.

6.3. Faz-se necessária a prorrogação da vigência da ata de registro de preços e a renovação do quantitativo para garantir a continuidade e a eficiência na aquisição de bens essenciais ao funcionamento desta administração. Essa medida visa evitar interrupções no fornecimento, otimizar os processos de compra, além de proporcionar maior segurança e economia, uma vez que já há um histórico de bom relacionamento com o fornecedor e condições previamente negociadas. A prorrogação também permite maior eficiência no processo licitatório, sempre respeitando os limites estabelecidos na

legislação vigente. Assim, essa previsão contribui para a gestão eficiente dos recursos públicos, garantindo que as demandas sejam atendidas de forma contínua, sem prejuízo à qualidade ou ao custo.

6.3. Os itens a serem adquiridos são usados rotineiramente na Seção de Municiamento para realizar diversas refeições para o efetivo do DPM e DGPM e são classificados como comuns pois é possível obter a descrição objetiva no processo segundo o Art. 6º, inc. XIII da lei 14.133/2021 "bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado";

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. As quantidades foram estimadas com base na média de consumo dos anos anteriores, considerando a rotatividade de militares atendidos pela Seção de Municiamento da DPM e DGPM.

7.2. A estimativa de Memória de Cálculo estará anexo a este ETP.

7.2.1. A estimativa considerou a média anual das últimas contratações de gêneros alimentícios para realização da memória.

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 3.141.500,27

8.1. O valor estimado para a presente aquisição é R\$ 3.141.500,27 (três milhões e cento e quarenta e um mil e quinhentos reais e vinte e sete centavos).

8.2. Procedeu-se à análise crítica dos valores coletados, conforme os termos do §4º do art. 6º da IN SEGES /ME no 65/2021, que preconiza que os preços coletados devem ser submetidos a uma avaliação crítica, especialmente quando houver considerável variação entre os valores apresentados. Assim, ao realizar a análise crítica, constatou-se que foi possível encontrar itens com valores próximos, tornando necessário incluir na pesquisa os três valores obtidos, de modo que a média apurada não divergia significativamente daquela praticada no mercado, conforme estipulado.

8.3. O valor de referência dos itens especificados no Termo de Referência foi revisado, constatando-se que se encontra alinhado com os preços praticados no mercado. Verificou-se ainda que pequenas variações observadas no Relatório do Painel de Preços não influenciaram significativamente o montante final apurado.

8.4. Na pesquisa de preço realizada no Painel de Preço foi feito o arredondamento do valor final para duas casas decimais.

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. A licitação em questão será realizada por item, pois os objetos são divisíveis. Foi verificado que não haverá prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala. Desta forma visa-se atender a regra do parcelamento do objeto, sem deixar de buscar a economia de escala, a viabilidade técnica e um melhor aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Informo que este instrumento de planejamento é único, não havendo correlação ou interdependência com outras contratações.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. As despesas referentes ao referido processo estão em conformidade com o inciso II, do Art. 16, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal). A contratação não se refere à criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa em relação à Lei Orçamentária Anual, o Plano Plurianual, e a Lei de Diretrizes Orçamentárias, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal.

11.2. A contratação demandada visa atender às necessidades de gêneros alimentícios, especificamente de Quantitativo de Rancho, desta Diretoria e da Diretoria Geral do Pessoal da Marinha, tratando-se de demanda recorrente anual. Além disso, está prevista no Plano de Contratações Anual destas respectivas OMs.

11.3. Não há descentralização de crédito para a Diretoria de Pessoal da Marinha com a finalidade de aquisição de gêneros. Em contrapartida, está Diretoria é a OM responsável pela realização do certame licitatório.

## **12. Benefícios a serem alcançados com a contratação**

12.1. O objetivo deste Registro de Preços é a aquisição de gêneros alimentícios, para a Diretoria de Pessoal da Marinha e Diretoria Geral do Pessoal da Marinha; Os itens serão utilizados no apoio para fornecimento de alimentação para o efetivo da Diretoria de Pessoal da Marinha e Diretoria Geral do Pessoal da Marinha composto por militares e servidores civis.

## **13. Providências a serem Adotadas**

13.1. A fiscalização e acompanhamento da entrega dos materiais será realizada pela Seção de Municciamento da Diretoria de Pessoal da Marinha e Diretoria Geral do Pessoal da Marinha,, atentando-se às condições, quantidades, exigências e estimativa, estabelecidas no Termo de Referência.

## **14. Possíveis Impactos Ambientais**

14.1. Em observância ao inciso XII do §1º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021, ao inciso XII do art. 9º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 58/2022, ao Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União e à Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010, foram avaliados os possíveis impactos ambientais decorrentes da presente contratação, bem como as medidas mitigadoras aplicáveis ao objeto.

14.2. Considerando tratar-se de aquisição de gêneros alimentícios, deverão ser observados os seguintes requisitos de sustentabilidade e aceitação dos produtos:

14.2.1. Os produtos deverão atender à legislação sanitária vigente, especialmente às normas expedidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, pelo Ministério da Agricultura e Pecuária – MAPA e demais órgãos competentes.

14.2.2. Para os produtos embalados, deverão ser observadas as regras de rotulagem nutricional aplicáveis, bem como as exigências relativas aos materiais utilizados nas embalagens, de forma a garantir a segurança alimentar, a saúde dos consumidores e a adequada gestão ambiental dos resíduos gerados.

14.2.3. Os gêneros alimentícios deverão observar as normas vigentes relativas à utilização de aditivos alimentares e demais requisitos de qualidade e segurança estabelecidos pelos órgãos reguladores competentes.

14.2.4. Sempre que possível, serão priorizados produtos cujas embalagens possibilitem reutilização, reciclagem ou destinação ambientalmente adequada, observadas as condições de mercado e a competitividade do certame.

14.3. Em consonância com a Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010 e com o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU, foram considerados os seguintes critérios de sustentabilidade:

14.3.1. Avaliação da real necessidade da contratação e do consumo pretendido, evitando aquisições desnecessárias.

14.3.2. Promoção do consumo racional dos recursos públicos, mediante estimativas de demanda compatíveis com as necessidades da Administração.

14.3.3. Consideração do ciclo de vida dos produtos, abrangendo aspectos relacionados à produção, distribuição, armazenamento, consumo e destinação final dos resíduos.

14.3.4. Estímulo à adoção de práticas sustentáveis pelos fornecedores, observadas as condições de mercado e a ampla competi14.1. Em observância ao inciso XII do §1º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021, ao inciso XII do art. 9º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 58/2022, ao Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União e à Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010, foram avaliados os possíveis impactos ambientais decorrentes da presente contratação, bem como as medidas mitigadoras aplicáveis ao objeto.

14.4. Considerando tratar-se de aquisição de gêneros alimentícios, deverão ser observados os seguintes requisitos de sustentabilidade e aceitação dos produtos:

14.4.1. Os produtos deverão atender à legislação sanitária vigente, especialmente às normas expedidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, pelo Ministério da Agricultura e Pecuária – MAPA e demais órgãos competentes.



14.4.2. Para os produtos embalados, deverão ser observadas as regras de rotulagem nutricional aplicáveis, bem como as exigências relativas aos materiais utilizados nas embalagens, de forma a garantir a segurança alimentar, a saúde dos consumidores e a adequada gestão ambiental dos resíduos gerados.

14.4.3. Os gêneros alimentícios deverão observar as normas vigentes relativas à utilização de aditivos alimentares e demais requisitos de qualidade e segurança estabelecidos pelos órgãos reguladores competentes.

14.4.4. Sempre que possível, serão priorizados produtos cujas embalagens possibilitem reutilização, reciclagem ou destinação ambientalmente adequada, observadas as condições de mercado e a competitividade do certame.

14.5. Em consonância com a Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010 e com o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU, foram considerados os seguintes critérios de sustentabilidade:

14.5.1. Avaliação da real necessidade da contratação e do consumo pretendido, evitando aquisições desnecessárias.

14.5.2. Promoção do consumo racional dos recursos públicos, mediante estimativas de demanda compatíveis com as necessidades da Administração.

14.5.3. Consideração do ciclo de vida dos produtos, abrangendo aspectos relacionados à produção, distribuição, armazenamento, consumo e destinação final dos resíduos.

14.5.4. Estímulo à adoção de práticas sustentáveis pelos fornecedores, observadas as condições de mercado e a ampla competitividade.

14.5.5. Incentivo à redução da geração de resíduos e à adoção de soluções que promovam maior eficiência no uso dos recursos naturais.

14.5.6. Fomento à inovação e à oferta de produtos que apresentem menor impacto ambiental durante seu ciclo de vida.

14.5.7. Busca pela obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, considerando aspectos econômicos, sociais e ambientais.

14.6. Conclui-se que os critérios de sustentabilidade previstos neste Estudo Técnico Preliminar mostram-se compatíveis com o objeto da contratação e suficientes para mitigar os impactos ambientais potencialmente associados ao fornecimento dos gêneros alimentícios destinados à Diretoria do Pessoal da Marinha.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1. Essa equipe de planejamento declara viável esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**AMAURI DE FREITAS JUNIOR**

Membro da equipe de planejamento

**JEAN VILACA DOS SANTOS**

Membro da equipe de planejamento

**BRUNA FREITAS AMARAL GARCIA**

Membro da equipe de planejamento

**WILLIAM DE ARAUJO PINHEIRO JUNIOR**

Autoridade competente

**ANEXO II - MODELO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**  
**MODELO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**  
**Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**



**MARINHA DO BRASIL**

**DIRETORIA DO PESSOAL DA MARINHA**

*Processo Administrativo nº 63011.001148/2026-08*

*Ata de Registro de Preços nº /2026*

A Diretoria do Pessoal da Marinha, com sede na Praça Barão de Ladário, s/nº Edifício Almirante Tamandaré, 4º andar – Centro – Rio de Janeiro/RJ – RJ, CEP 20.091-000,, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 00.394.502/0011-16, neste ato representada pelo Capitão de Corveta (IM) William de Araujo Pinheiro Junior, nomeado pela Portaria nº 280, de 12 de fevereiro de 2026, portador do CPF: \*\*\*.335.877- \*\*, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 90037/2026, publicada no ..... de ...../...../2026, publicada no ..... de ...../...../202....., processo administrativo n.º 63011.001148/2026-08, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

**1. DO OBJETO**

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual Aquisição de Gêneros Alimentícios, especificado no item 1 do Termo de Referência, anexo I do edital de licitação n.º 02/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

**2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor [razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

### 3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será a Diretoria do Pessoal da Marinha.

3.2. Além do gerenciador, são órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

Item nº	Órgãos Participantes	Unidade	Quantidade
	Diretoria-Geral do Pessoal da Marinha		

### 4. DA ADESAO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, não será permitida adesão pelos órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP, em razão do esforço para o controle de custos e planejamento que, em virtude da quantidade limitada de pessoal, pode dificultar o planejamento orçamentário, o monitoramento de gastos e a aplicação de descontos obtidos pela ata, prejudicando a gestão eficiente dos recursos públicos.

*Vedação a acréscimo de quantitativos*

4.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

### 5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

- 5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;
- 5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
- 5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
  - 5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.
- 5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
- 5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
- 5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
  - 5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
- 5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 5.9. Após a homologação da licitação o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
- 5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
- 5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
- 5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
- 5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

## **6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

## **7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

## **9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

- 9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- 9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- 9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
- 9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- 9.4.1. Por razão de interesse público;
- 9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- 9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

## **10. DAS PENALIDADES**

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.



## 11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.

Rio de Janeiro-RJ, na data da assinatura.

WILLIAM DE ARAUJO PINHEIRO JUNIOR

Capitão de Corveta (IM)

Ordenador de Despesas

ASSINADO DIGITALMENTE

NOME

FUNÇÃO

CPF:

ASSINADO DIGITALMENTE

### Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade